



Formação do território brasileiro, crescimento demográfico e problemas urbanos: uma linha do tempo através da perspectiva interdisciplinar

Noan Sallati⁵⁰

Resumo

O presente artigo tem como objetivo estudar o processo de ocupação, urbanização e desenvolvimento do território brasileiro por intermédio de uma perspectiva interdisciplinar. Através de uma revisão da literatura, os fenômenos são analisados no lapso temporal que compreende desde o Brasil colônia até o tempo corrente. Para este objetivo, foram utilizados autores de diversos campos do conhecimento, como a economia, geografia, sociologia e urbanismo, permitindo uma análise integrada e acurada da complexa formação do território. No trabalho, observamos que sua ocupação e urbanização ocorreram predominantemente nos locais onde eram desenvolvidos os ciclos econômicos – o que explica, por exemplo, a costa litorânea brasileira ser amplamente mais povoada do que o interior do território. Também foi possível estudar o cenário de crescimento demográfico da população, que ocorreu de modo acelerado a partir da segunda década do século XX, e foi desacompanhado de políticas públicas inclusivas – resultando, em linhas gerais, em cenários de violação de direitos nas mais variadas responsabilidades estatais, como saneamento básico, habitação, educação, saúde, meio ambiente e lazer, que reverberam no cotidiano da população até o presente momento. O elemento que permeia o trabalho por completo é a adoção de variados campos de conhecimento em conjunto, rompendo o paralelismo e exercendo à combinação, útil para a compreensão de objetos amplos, permitindo e proporcionando, deste modo, o entendimento mais completo acerca do objeto de estudo; esta é a abordagem interdisciplinar desenvolvida.

Palavras-chave: Urbanização; Problemas urbanos; Interdisciplinaridade.

⁵⁰ Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas (ICHSA/UNICAMP) e bacharel em Administração Pública também pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: noansllt@gmail.com



Os ciclos econômicos e a formação do território

No Brasil, a história das cidades e da urbanização como conhecemos hoje é recente, datada de poucas décadas atrás. O país viveu a maior parte do tempo histórico, desde sua apropriação pelos portugueses no ano de 1500, como um local agrário, em função do modelo de colonização que foi praticada nestas novas terras da América.

O início da ocupação do território aconteceu somente em 1530. A então falta de interesse em povoar a colônia era explicada pela pequena população de Portugal, pelo alto custo em criar fontes econômicas, e, principalmente, pela alta lucratividade com o monopólio do comércio praticado nas Índias.

A ideia de povoar não ocorre inicialmente (...) é o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A ideia de ocupar, não como fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isso só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas (PRADO JR., 2011, p. 20).

Diante da falência do comércio no Oriente, surge o interesse e necessidade da metrópole em criar uma economia colonial na América para seu financiamento. Furtado (2007, p. 27) também destaca a pressão política exercida pelas demais nações europeias sobre Portugal: os lusitanos não teriam direito as terras se as mesmas não estivessem efetivamente ocupadas. A combinação destes fatores resultou em um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas, através de sua ocupação, ainda que limitada, e pela criação de uma fonte econômica rentável.

O primeiro ciclo econômico desenvolvido na colônia foi o de açúcar da cana, no século XVI, que em linhas gerais promoveu uma ocupação litorânea do território. É neste contexto que nascem as vilas de São Vicente, em 1532, Olinda (1535), Recife (1537), São Paulo de Piratininga (1558), e cidades como Salvador (1549) e São Sebastião do Rio de Janeiro (1565), estas duas também com o objetivo da defesa de parte do litoral. Este princípio de urbanização foi condicionado pela localização e natureza dos recursos naturais e pela topografia das várias regiões (SINGER, 1977, p. 64).

As vilas e cidades representavam politicamente a coroa portuguesa, e significavam também uma organização político-administrativa nas regiões, com moradias, igrejas e algumas estruturas básicas. Esses aglomerados urbanos se encontravam isolados e esparsos em meio ao imenso território brasileiro, praticamente sem nenhuma relação com outras concentrações. No dobrar do século XVIII a colônia contava com cerca de 3 milhões de habitantes, distribuídos por alguns núcleos densos, mas separados uns dos outros por longos vácuos de povoamento ralo, se não inexistente (PRADO JR., 2011, p. 34). O que se observava, portanto, era uma urbanização ainda incipiente e balbuciente.

Cerca de 60% da população colonial, ou seja, quase 2 milhões de habitantes, concentram-se numa faixa litorânea que não avança para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros. Sobra para todo o resto do território, 90% ou mais da área, menos da metade do total. Esse desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola – donde a preferência por terras férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e

comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos (PRADO JR., 2011, p. 37).

O processo de interiorização territorial acompanhava os ciclos econômicos, o que explica as primeiras vilas e cidades serem fundadas próximas ao litoral, no local onde era desenvolvida a cultura da cana de açúcar. Caio Prado Jr. (2011, p. 36) discorre que a descoberta de metais preciosos, especialmente o ouro, no fim do século XVII e início do século XVIII onde hoje corresponde a Minas Gerais (1694), Mato Grosso (1719), e Goiás (1725), fomentou e fixou novos aglomerados rumo ao coração do continente, confirmando a tendência de deslocamento com as fontes econômicas.

Tabela 1: Vilas e Cidades criadas (1530 – 1720)

Localidade (na delimitação atual)	Século XVI	Século XVII	Século XVIII até 1720
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro (Guanabara)	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Santos (2018).

Concomitantemente a estes ciclos, a pecuária, que provia alimentação e meios de transporte para as atividades econômicas, também desempenhou um papel fundamental na formação e ocupação do território. Seus estabelecimentos contribuíram para dilatar o espaço brasileiro, visto que as fazendas eram estabelecimentos fixos e duradouros, locais de apoio e amparo em toda a sua extensão, e responsáveis até mesmo pela construção de estradas. As fazendas, desta forma, atuavam como centros que atraíam e prolongavam as zonas de ocupação, e contribuíram fortemente para a dinâmica e expansão da então colônia (PRADO JR, 2011; THÉRY, MELLO-THÉRY, 2018).

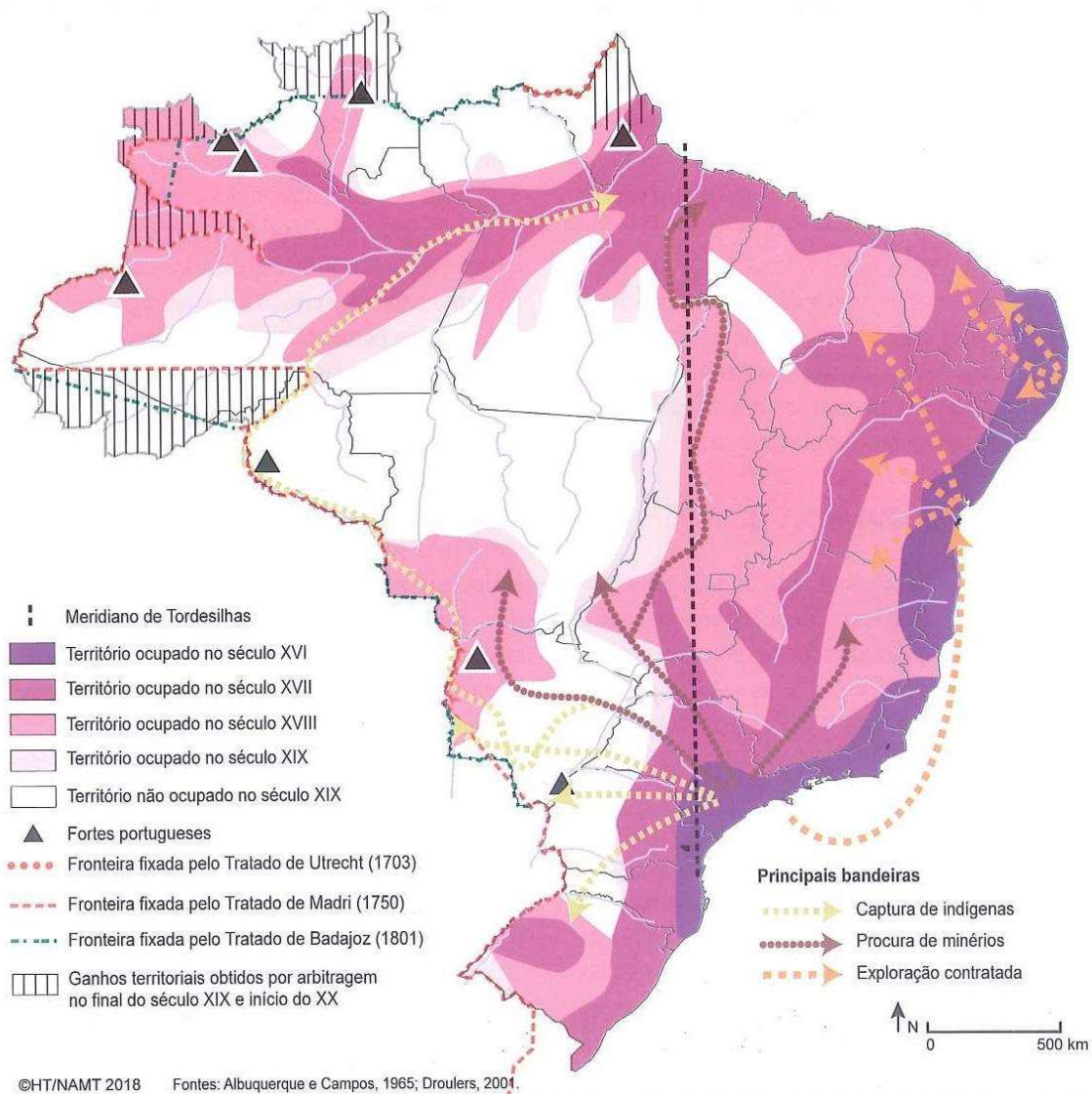


O ciclo do café, nos séculos XIX e XX, e da borracha, também no século XX, solidificaram o fenômeno de expansão territorial. Théry e Mello-Théry (2018, p. 57) apontam que as plantações de café cruzaram as fronteiras do estado de São Paulo, rumo ao interior dos vizinhos Rio de Janeiro e Minas Gerais. O extrativismo de borracha, por sua vez, permitiu a ampliação da Amazônia brasileira através de tratados com os países vizinhos, como o de Petrópolis, que permitiu a anexação do Acre no ano de 1903.

Ocupação e crescimento demográfico

Mesmo com a ocorrência de atividades território adentro, mais próximas de seu âmago, as mesmas não bastaram para inversão do cenário de concentração econômica e demográfica que se observava na colônia. A própria corrida do ouro não foi suficiente para a inversão da importância dos aglomerados litorâneos, defende Prado Jr. (2011, p. 39).

Figura 1: Ocupação do território brasileiro (Séculos XV-XX):



Fonte: THÉRY; MELLO-THÉRY (2018).



Deste modo, o grande território do país ainda contrastava com sua ínfima população e suas poucas áreas habitadas, quase sem nenhuma conexão concreta com outros aglomerados. A superação desta ocupação e urbanização balbuciente teve seu início de modo tímido a partir do século XIX, mas, principalmente, a partir do centenário seguinte, no qual os conglomerados urbanos apresentaram grandes transformações e um processo de maturação nunca presenciado, e que iria se acelerar ainda mais com o passar das décadas.

Neste panorama, no ano de 1872 eram apenas três cidades – todas capitais –, que contavam com mais de cem mil habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Em 1900, quatro cidades figuravam nesta classificação: Rio de Janeiro (691.565), São Paulo (239.820), Salvador (205.813) e Recife (113.106); concomitantemente, Belém estava quase alcançando as três cifras, enquanto Porto Alegre, Niterói e Manaus já haviam passado os cinquenta mil residentes (SANTOS, 2018, p. 23).

Apesar do crescimento populacional e aumento da concentração urbana nas principais cidades, a expansão não foi substancial entre o final do período colonial e início do século XX.

Tabela 2: População Total x População Urbana (%) – 1872 a 1920

Ano	População Total	População Urbana (%)
1872	10.112.061	5,9%
1890	14.333.915	6,8%
1900	18.200.000	9,4%
1920	27.500.000	10,7%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Santos (2018).

A mudança de paradigma iniciou-se entre 1920 e 1940: foram necessários apenas vinte anos para que a quantidade de indivíduos habitando nas cidades apresentasse vultoso avanço, passando de 10,7% para 26,35% da população total. As décadas seguintes são marcadas pela continuidade do crescimento: entre o período de 1940 e 1980 há uma expansão inédita da população vivendo no meio urbano. Neste período acontece o êxodo rural, ou seja, a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, que passa em sua maioria habitar as cidades. No intervalo compreendido entre 1950 e 1991 a população brasileira triplica, enquanto a população vivendo nas cidades sextuplica.

Singer (1977, p. 70) explica que a urbanização se acelera naqueles países cuja estrutura econômica está sofrendo transformações pelo desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, e que são necessariamente praticadas a partir de uma base urbana. É o caso brasileiro naquele momento, que em 1930 havia iniciado seu processo de industrialização.

Tabela 3: População Total x População Urbana – 1940 a 2010

Ano	População Total	População Urbana	População Urbana (%)
1940	41.326.000	10.891.000	26,35%
1950	51.944.000	18.783.000	36,16%



1960	70.191.000	31.956.000	45,52%
1970	93.139.000	52.905.000	56,80%
1980	119.099.000	82.013.000	68,86%
1991	150.400.000	115.700.000	77,13%
2000	169.590.693	137.755.550	81,23%
2010	190.755.799	160.925.792	84,36%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Santos (2018) e IBGE (2020, 2020a).

Ainda sobre este crescimento,

Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas (SANTOS, 2018, p. 32).

Colaboraram para este fenômeno, além do aspecto econômico e da transição de famílias do espaço rural rumo ao urbano, a alta taxa de fecundidade – que chegou a ter média de 6,28 filhos por mulher em 1960, segundo o IBGE (2010, p. 73) –, e a redução da taxa de mortalidade ao longo das décadas, com incremento de políticas públicas com o propósito de reduzir tanto a mortalidade infantil como a mortalidade nas demais idades no Brasil, as quais se destacam: campanhas de vacinação em massa, atenção ao pré-natal, aleitamento materno, introdução de agentes comunitários de saúde, e também a colaboração de outros fatores como aumento da renda e aumento na proporção de domicílios com saneamento adequado. A consequência imediata destas ações combinadas foi a diminuição dos níveis de mortalidade e o consequente aumento na expectativa de vida dos brasileiros (IBGE, 2016, p. 7).

A grande alteração demográfica que estava em curso no Brasil fez emergir um novo protagonista no território: as cidades. Elevadas taxas de fecundidade e de migração aumentaram significativamente o tamanho das mesmas, resultando também na criação de novos municípios como processo natural de absorção do intenso fluxo que escolhia os conglomerados urbanos como locais de moradia e trabalho.

Tabela 4: Números de municípios no Brasil (1950-2010)

Período	Municípios
1950	1.889
1960	2.766
1970	3.952
1980	3.991
1991	4.491
2000	5.507
2010	5.565



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2020b).

Milton Santos (2018, p. 77) explana que é a partir dos anos de 1950 que se nota uma tendência à aglomeração da população e da urbanização. Inicialmente a urbanização aglomerada ocorreu nos núcleos com mais de 20 mil habitantes, para em seguida, ocorrer uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, e por último a metropolização, com o aumento considerável de cidades médias e milionárias.

A população vivendo em núcleos com mais de 20 mil habitantes aumenta 4,58 vezes entre 1950 e 1980, passando de 13.640.237 para 62.543.148 pessoas, crescendo, pois, em cerca de 49 milhões de habitantes. Como nesse período a população urbana total cresce um pouco mais de 63 milhões de pessoas, segue-se que, de cada cem novos urbanos, 77 se encontravam em cidades e vilas com mais de 20 mil habitantes e apenas 23 em localidades menores (SANTOS, 2018, p. 79-80).

Nesta conjuntura, as cidades com mais de cem mil habitantes na década de 1940 somavam 18 ocorrências, enquanto em 1991 correspondiam a 207 delas.

Tabela 5: Número de localidade segundo tamanho (1940-1980)

Habitantes	1940	1950	1960	1970	1980	1991
100 a 200 mil	11	15	28	60	95	97
200 a 500 mil	5	9	11	19	33	85
Mais de 500 mil	2	3	6	9	14	25
Mais de 1 milhão	2	2	4	7	10	12
Total maior que 100 mil	18	27	45	88	142	207

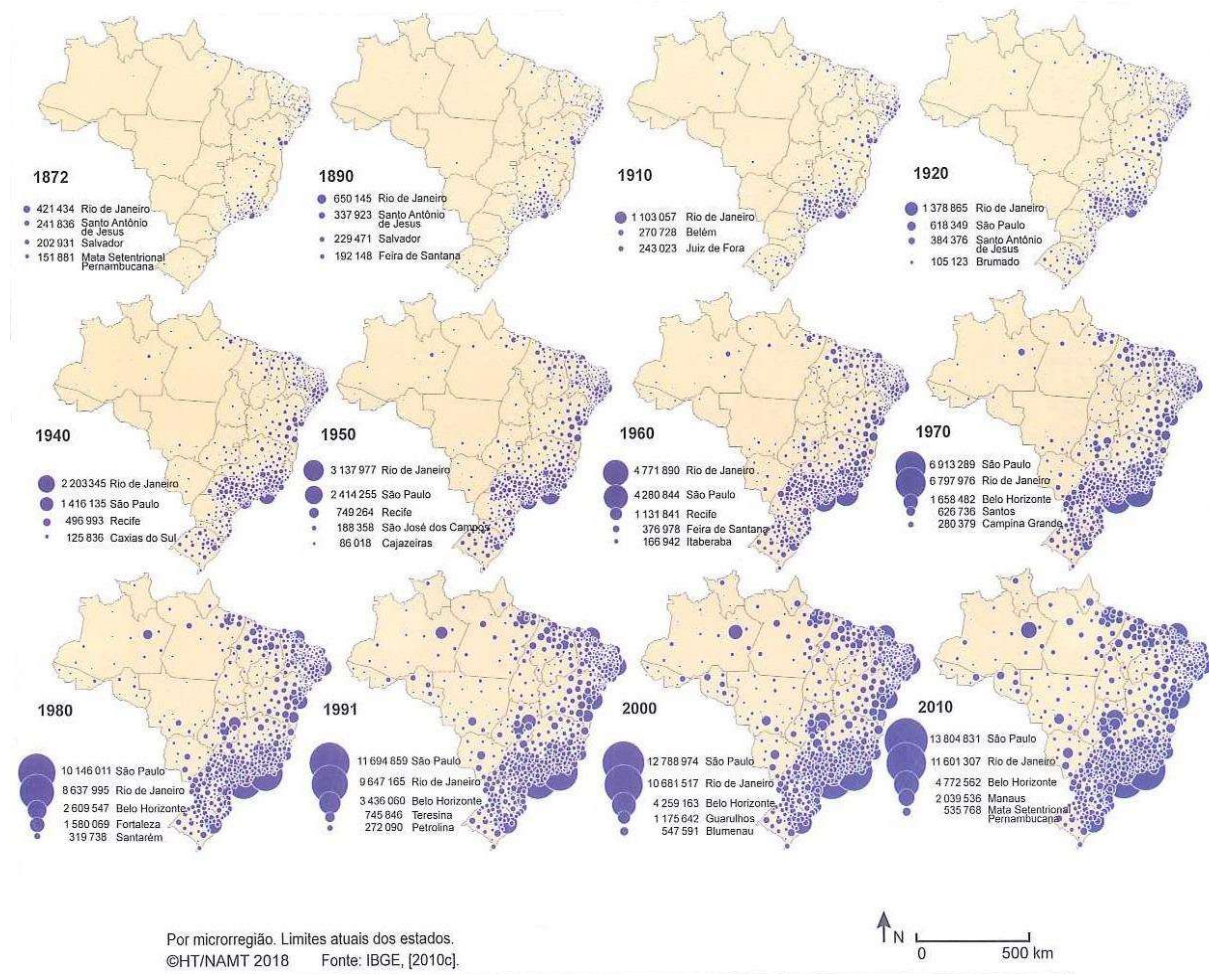
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Santos (2018).

Por sua vez, as cidades milionárias passaram de duas em 1940 – São Paulo e Rio de Janeiro –, para doze em 1991. Esses números ganham maior significação se lembrarmos que, em 1872, a soma das dez maiores cidades brasileiras não chegava a um milhão de habitantes (SANTOS, 2018, p. 83). Ressalta-se o fato de estas cidades, muitas vezes conurbadas ou muito próximas com outros municípios, se transformaram a partir de 1970 em regiões metropolitanas.

A integração entre diferentes cidades espalhadas pelo território acontece, segundo Santos (2018, p. 29), neste estágio de crescimento das cidades e do amadurecimento da industrialização brasileira. O que antes era uma urbanização com centros regionais esparsos se apresenta mais conectada com o crescimento das cidades médias e grandes, e de sua consequente infraestrutura viária. São Paulo apresenta papel de destaque neste fenômeno, configurando um vasto polo dinâmico que abrange também os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entretanto, ainda existe uma nítida discrepância entre as regiões litorâneas e interiores, com as primeiras densamente povoadas, e as segundas com uma ocupação rarefeita e irregular.



Figura 2: População nas microrregiões (1872-2010):



Fonte: THÉRY; MELLO-THÉRY (2018).

O protagonismo demográfico-econômico paulista

O crescimento desigual entre as regiões do país anteriormente foi explicado pelo fato de a urbanização estar atrelada e acompanhar os ciclos econômicos durante o Brasil colonial. O passar do tempo histórico perpetuou este fenômeno. A região Sudeste do país apresenta maiores índices populacionais e de urbanização, muito influenciados pelo estabelecimento dos ciclos econômicos na localidade, especialmente a extração de metais preciosos e o café.

Com a quebra da bolsa de Nova York e a Crise de 1929, e o conseqüente declínio da economia rural, os excedentes monetários do ciclo do café financiaram o pioneirismo da industrialização brasileira neste mesmo local, explicando as altas taxas de concentração que prevalecem até os dias atuais, apesar de tentativas de descentralização e correção do desequilíbrio, e de uma difusão natural rumo à outras localidades.

Santos (2018, p. 109) ilustra que em 1970, 85% das 500 maiores empresas nacionais estavam situadas na região Sudeste, enquanto em 1985, passaram a 68%. Apesar da redução, o índice de concentração ainda se apresentava elevado e significativo.



O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas *hoje*, como *ontem*. É assim que podem explicar-se não apenas esses dados estatísticos que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização (SANTOS, 2018, p. 67).

Dentro desta região, entretanto, ainda há outra localidade que se sobressai sobre as outras: o estado de São Paulo. Cano (2011, p. 2) retrata que a concentração da produção da indústria de transformação em São Paulo significava 40,7% do total nacional em 1939, e 58,2% no ano de 1970; suas taxas de ocupação da população economicamente ativa, participação no PIB nacional, taxa de urbanização, entre outras, eram as maiores no país. O Brasil estava se transformando e urbanizando em “alta velocidade”, contudo, as reduzidas bases periféricas de industrialização e urbanização impediam que a evolução regional fosse tão avançada quanto a que se dava em SP (CANO, 2011, p. 5).

Em decorrência de sua pujante atividade industrial, o fluxo de pessoas sempre foi intenso em direção a este território, atraídas em busca de melhores condições de vida nas aglomerações urbanas. A posição de vanguarda no espaço urbano consolidou o Sudeste, e principalmente o estado de São Paulo, como o principal receptor da imigração nacional: entre 1970 e 1980 a Região Metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do país (SANTOS, 2018, p. 59), tornando mais intenso o processo de expansão populacional do estado.

A população paulista cresceu, ao longo do período 1940-1980, de 7,1 milhões para 25,0 milhões de habitantes, isto é, 3,5 vezes, ao passo que sua população urbana, no mesmo período, passou de 3,2 milhões para 22,5 milhões de habitantes, isto é, 7 vezes, mostrando o “caráter explosivo” dessa expansão (CANO, 2011a, p. 41).

Milton Santos e Wilson Cano possuem extrema sintonia ao discorrer sobre o desenvolvimento do estado de São Paulo no século XX. Apesar de formações e atuações diferentes – na geografia e economia, respectivamente –, ao integrar e realizar um intercâmbio entre suas obras, o resultado encontrado é uma análise minuciosa e completa da formação do território, explicado através da geografia, demografia, e do desenvolvimento econômico regional, mas sem uma divisão aparente dos campos disciplinares. A integração dos conhecimentos proporciona, desta forma, uma análise rica e completa dos acontecimentos.

A conjuntura de ausência de políticas públicas e suas implicações

O fenômeno do crescimento e migração acelerada, destacada por ambos, resultou em problemas complexos para os conglomerados urbanos, submetidos a uma nova realidade nunca presenciada até então. A aglomeração aliada ao fenômeno de transição demográfica realizada sem o norte de políticas públicas inclusivas – mas sim com uma atuação fundamentada na negligência, omissão e permissividade – acarretaram em cidades e regiões metropolitanas sem um planejamento urbano adequado, com indicadores negativos relacionados a qualidade de vida urbana, condições de habitabilidade e habitação, deficiência de infraestrutura – sobretudo, saneamento e abastecimento (THÉRY; MELLO-THÉRY, 2018, p. 227), resultando, enfim, num cenário de negação de direitos básicos à população.

Milton Santos endossa o argumento que os problemas urbanos, em especial os relacionados a falta de condições básicas para uma vida digna, não podem ser creditados à demografia e nem ao crescimento repentino das cidades: “A pobreza atual das massas do Terceiro Mundo não é explicável pela explosão demográfica (...) procurar as explicações e os



remédios a partir do próprio problema urbano significa simplesmente lutar contra os sintomas do mal sem procurar as suas causas” (SANTOS, 2013, pp. 25-26). Segundo o mesmo, a urbanização não é uma variável independente, mas um fenômeno, e este deveria ser amparado por ações governamentais visando a solução de suas externalidades⁵¹.

A ausência de um planejamento eficaz (...) e a postura autoritária do Estado, relegando a segundo plano as questões atinentes aos problemas sociais, permitiram que essa urbanização se desse de forma desorganizada, gerando aquilo que se convencionou chamar de “problema urbano”, ou seja, carência e deficiência de infraestrutura e de atendimento às demandas sociais urbanas. (...) À medida que se avançou na década de 1970, mudou a adjetivação: de “problema urbano” passaria a ser, rapidamente, “caos urbano” (CANO, 2011a, p. 132).

Em consonância, Singer (1977, p. 63) relatou, neste período, que enquanto a população urbana crescia aos saltos, os serviços urbanos atendiam cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria, desta forma, se multiplicavam.

Aprofundando-se nos problemas sociais decorrentes da ação estatal alicerçada na negligência e permissividade, Cano (2011a, p. 257) explana que as ações do Estado para fornecimento de infraestrutura e bem-estar social se revelaram atrasadas e ineficientes diante da rapidez e dimensão do crescimento populacional apresentado a partir de meados do século passado. O mesmo pontua que a Ditadura Civil-Militar, naquele momento, tinha foco exclusivo em políticas públicas voltadas para a economia do país, deste modo, privilegiando o crescimento e a diversificação da economia em detrimento dos investimentos sociais.

Uma prova dessa negligência e permissividade do Estado foi à lentidão em se instituir uma lei de parcelamento do solo urbano. A legislação vigente até então – o Decreto-Lei 58/1937 – legislava somente sobre registro de transações de compra e venda, porém sem a necessidade de aprovação do loteamento pelo poder municipal, assim como a ausência de exigências urbanísticas. A legislação de regulamentação surgiu apenas no ano de 1979 – através da Lei nº 6.766 –, quando parte considerável do crescimento demográfico, da expansão urbana e consolidação das cidades já havia acontecido.

O mesmo ocorreu com o movimento pela reforma urbana no Brasil. Souza (2000, p. 274) narra que a luta pela reforma, que teve seu auge no ano de 1963, foi sufocada pela Ditadura Civil-Militar e reemergiu somente na década de 1980, num país consideravelmente mais urbanizado e ocupado. Neste período, enquanto mais de 80 milhões de novas pessoas ocupavam as cidades, pouco ou nada foi feito para atendê-las.

Para enfrentar aqueles problemas, era necessário que o Estado desse maior atenção à questão social e reexaminasse a área de planejamento urbano e social. Mas o que se viu foi o desprezo e a desatenção pelas questões urbanas, sociais e ambientais. A crescente perifização nas grandes e médias cidades chocava-se com a ausência ou precariedade das redes de saneamento e de transporte público; a verticalização, por outro lado, chocava-se com redes antigas e insuficientes para dar conta da nova densidade das demandas (CANO, 2011a, p. 258).

Esta conjuntura se aprofundou com o surgimento da doutrina econômica neoliberal (definindo a ideia do “Estado provedor”), e com o advento da “Década Perdida”, em 1980,

⁵¹ Paul Singer (1977) também faz considerações sobre os mitos originados quando relacionam crescimento econômico e demográfico com pobreza.



nos quais os conglomerados urbanos, sem investimentos massivos, continuaram crescendo e sofrendo com o desprezo nas questões sociais e ambientais.

As três políticas públicas urbanas estruturais (ligadas à produção do ambiente construído) – transporte, habitação e saneamento – foram ignoradas ou tiveram um rumo errático, com baixo investimento, por mais de 20 anos. Os precários times de funcionários públicos existentes no Estado brasileiro e as instituições que se formaram estavam em ruínas quando investimentos foram lentamente retomados em 2003, na gestão do presidente Lula. Talvez, o indicador que mais evidencia o que podemos chamar de tragédia urbana é a taxa de homicídios, que cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010 (MARICATO, 2015, p. 29).

A omissão com o setor de habitação neste período provocou um alto preço às cidades e ao país, colaborando substancialmente para o cenário de “caos urbano” atual:

Durante o período de transição demográfica – anos 1980 e 1990 –, o número e a proporção de moradores em favelas nas principais cidades brasileiras cresceram de forma significativa (...). Um levantamento da Prefeitura de São Paulo realizado em 1973 indicou cerca de 70 mil habitantes, ou 1% da população do município à época. Estimativas baseadas no Censo indicaram, para o ano de 1991, uma população favelada de 900 mil habitantes, ou 9% da população total, enquanto que, em 2000, a cidade passaria a ter 1,2 milhão de habitantes em favelas, correspondendo a 11% da população municipal. A proporção manteve-se praticamente a mesma – 11% da população total – em 2010 (ROLNIK, 2015, p. 277).

Cidades que tiveram seu desenvolvimento ocorrendo neste período da segunda metade do século XX em diante, especialmente as médias e grandes, em linhas gerais ainda enfrentam problemas decorrentes da falta de ação estatal em seus diferentes níveis. Mesmo com o fim do período ditatorial, o poder público não foi capaz de promover cidades com infraestrutura, habitação, meio ambiente e qualidade de vida para expressiva parcela da classe trabalhadora, visto o grande gargalo de condições nos quais estes espaços encontravam, e dado o advento da doutrina neoliberal nos anos de 1990, pouco tempo após a abertura democrática⁵².

Estes fatos deixaram como herança até os dias atuais espaços de notáveis desigualdades sociais, com a violação de garantias, direitos, e de deterioração do padrão de vida urbana da população.

O levantamento histórico da formação do território e das características da urbanização brasileira permitem o entendimento do que são as cidades e realidades urbanas no tempo corrente. A utilização de diversos autores e campos do conhecimento – formando uma abordagem interdisciplinar –, auxiliam na plena compreensão destas conjunturas e evidenciam o grande percurso a ser percorrido para que estes locais se tornem espaços de plena realização da vida, sem o desrespeito aos direitos e necessidades fundamentais dos seus moradores.

⁵² Fernando Collor de Mello e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso foram os principais expoentes e implementadores da doutrina neoliberal no Brasil, com o primeiro, inclusive, comparando o Estado a um elefante. Em 2000, no governo FHC, houve a institucionalização do neoliberalismo na administração pública brasileira com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que engessava gastos públicos limitando a contratação de pessoal, por exemplo.



Considerações Finais

O presente artigo demonstrou, no decorrer de sua revisão da literatura, que pós ano de 1530 a ocupação e urbanização brasileira aconteceu a rebote dos ciclos econômicos que eram desenvolvidos. O ciclo do açúcar da cana foi responsável pelo povoamento – mesmo que, ainda pequeno – do vetor noroeste das terras do Brasil colônia. A descoberta de metais preciosos, especialmente o ouro, no fim do século XVII e início do século XVIII, fomentou e fixou novos aglomerados rumo ao coração do continente, em sua maioria, no estado de Minas Gerais. O mesmo aconteceu com o ciclo do café e a posterior industrialização brasileira na região sudeste. Em suma, conforme observado através de Caio Prado Jr. e Théry e Mello-Théry, o território era ocupado por indivíduos não nativos exclusivamente em virtude das atividades econômicas que eram desenvolvidas nas regiões.

A partir dos primeiros anos do século XX observou-se um expressivo crescimento demográfico no Brasil, especialmente a partir de 1920. Entre esta segunda década e o fim de 1990, Milton Santos apontou que a população brasileira cresceu mais de 142 milhões de indivíduos, com os indivíduos habitando prioritariamente as grandes capitais e cidades localizadas próximo a costa brasileira – onde foram desenvolvidos os ciclos econômicos séculos passados. São Paulo, nesta conjuntura, se destacava pela quantidade de habitantes, fruto de seu pujante processo de industrialização.

O fenômeno do crescimento populacional acelerado resultou em problemas complexos para os conglomerados urbanos, submetidos a uma nova realidade nunca presenciada até então. A aglomeração aliada ao fenômeno de transição demográfica realizada com políticas públicas pautadas na omissão e permissividade acarretaram em cidades e regiões metropolitanas sem um planejamento urbano adequado, com indicadores negativos relacionados a infraestrutura urbana e qualidade de vida.

A inércia de ação estatal para com a problemática urbana no meio do século, os vinte e um anos de ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1985 sem políticas públicas propositivas com a questão, e o advento da ideologia neoliberal ao final da década de 80 são alguns dos motivos para o cenário de gargalos nas variadas esferas da vida urbana que ainda podem ser constatadas e observadas no tempo corrente, as quais se configuram como violações dos direitos fundamentais e direitos humanos dos indivíduos, e resultam em condições de vida degradantes cotidianamente.

A superação deste cenário é complexo e demandará de atuação conjunta do poder público, e com a abordagem integrada de variados campos do conhecimento, afim de proporcionar espaços de moradia mais justos, inclusivos e igualitários para a população brasileira.

Referências Bibliográficas

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, n. 193, jul. 2011.



CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011a.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração – Resultados da amostra**. Rio de Janeiro, pp. 1-349, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2015: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Séries históricas: População residente, 1872-2010. **IBGE, 2020**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas> > Acesso em: 04 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Séries históricas e estatísticas: Taxa de urbanização. **IBGE, 2020a**. Disponível em: < <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao> > Acesso em: 04 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Número de municípios existentes nos Censos Demográficos. **IBGE, 2020b**. Disponível em: < <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD96&t=numero-municipios-existentis-censos-demograficos> > Acesso em: 04 set. 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Ed, 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3ª Ed, 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

THÉRY, Harvé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.